



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ADELINA DOMINGOS CAMALA

**DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NAS REGIÕES DE OIO E BAFATÁ NA
GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DE SUAS VISIBILIDADES NAS MÍDIAS SOCIAIS
DIGITAIS**

**Acarape – Ceará
2025**

ADELINA DOMINGOS CAMALA

**DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NAS REGIÕES DE OIO E BAFATÁ NA
GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DE SUAS VISIBILIDADES NAS MÍDIAS SOCIAIS
DIGITAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Humanidades pela
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
Orientador: Prof. Dr. Jon A M Cavalcante

Acarape - Ceará

2025

ADELINA DOMINGOS CAMALA

**DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NAS REGIÕES DE OIO E BAFATÁ NA
GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DE SUAS VISIBILIDADES NAS MÍDIAS SOCIAIS
DIGITAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Apresentada em: 18/11/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof e Dr Lucas de Porto

Prof.a e Dra Peti Mama Gomes

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela força maior que sempre me guiou. A fé foi o farol que me orientou nos momentos de escuridão, que me deu resiliência para não desistir diante das dificuldades e que fortaleceu a minha crença em um propósito maior. Agradeço por ter me concedido a capacidade e a saúde para trilhar este caminho, superando cada obstáculo com coragem e esperança. Sem essa base espiritual, a jornada teria sido infinitamente mais árdua.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Jon Cavalcante, por ter acreditado em mim. A sua orientação foi muito além das linhas de um projeto, foi um verdadeiro processo de orientação. O seu conhecimento, paciência e, acima de tudo, a sua humanidade, foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Você me ensinou não apenas a pensar criticamente, mas também a me dedicar com paixão ao que faço. As nossas conversas, as sugestões e os questionamentos foram a bússola que me direcionou ao longo de todo o processo. O meu respeito e a minha admiração por ele são profundos.

Por fim, este trabalho é um testemunho de amor incondicional da minha família. A vocês, que me deram apoio em todos os momentos, o meu mais profundo e sincero agradecimento. Vocês são a minha rocha, o meu porto seguro e neste momento, a saudade se faz presente de uma maneira única. Este trabalho é a minha homenagem a você, minha mãe Mami. A sua ausência física é uma dor que carrego, mas a sua presença em meu coração é a minha maior inspiração. A sua memória é a minha bússola moral. Sei que você estaria orgulhosa e, de certa forma, sinto a sua alegria e a sua bênção sobre mim. Cada página desse trabalho tem um pouco de você, da sua força e do seu amor.

Este trabalho é a prova de que os sonhos se realizam com dedicação, apoio e fé. Encerro este ciclo com o coração transbordando de gratidão e a certeza de que a jornada, com todas as suas alegrias e dores, valeu a pena.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
2.1 OBJETIVO GERAL:	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	9
3 JUSTIFICATIVA	10
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
4.1 A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SUA BIODIVERSIDADE	12
4.2 DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NA REGIÃO DE OIO E BAFATÁ	17
4.3 CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NA GUINÉ-BISSAU	21
4.4 O CENÁRIO DA MÍDIA DIGITAL E AS VISIBILIDADES DO DESMATAMENTO	22
5 METODOLOGIA	27
6 REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental se tornou um dos maiores problemas do nosso tempo. Ela se manifesta, principalmente, pela exploração exagerada e descontrolada das florestas e diferentes biomas. A intensa pressão sobre ecossistemas vitais exige uma reflexão profunda sobre as dinâmicas de poder e as falhas de governança que permitem a proliferação de práticas ilegais e destrutivas (PEREIRA, 2021).

O entendimento sobre essa questão está vinculado, entre outros aspectos, a como esse problema é percebido pela população. É diante dessa fragilidade do planeta e da urgência ecológica que este estudo traz o seu enfoque no: Desmatamento ilegal das matas nas regiões de Oio e Bafatá na Guiné-Bissau e de suas visibilidades nas mídias sociais digitais.

A Guiné-Bissau, nação da África Ocidental dotada de uma significativa cobertura florestal, enfrenta há anos um ciclo vicioso de instabilidade política e fragilidade institucional (MARQUES, 2019). Essa situação de instabilidade abriu caminho para um aumento na retirada ilegal de madeira, principalmente na última década.

O problema central reside no contrabando de madeiras muito valiosas, como o pau-rosa. A exportação ilícita, predominantemente voltada para o mercado asiático, gera lucros massivos para redes criminosas, mas deixa um rastro de danos ambientais e sociais irreparáveis, descapitalizando o Estado e comprometendo o futuro das comunidades locais (SOUSA; GOMES, 2020).

Essa exploração não acontece da mesma maneira em todas as partes da Guiné-Bissau. A literatura aponta que a fragilidade na fiscalização e a proximidade com rotas de escoamento transformaram as regiões de Oio e Bafatá em focos cruciais da atividade madeireira ilegal (SILVA, 2018).

Em 2012, houve uma grande virada na política do país, que coincidiu com uma forte mudança no jeito que a comunicação funcionava (mídias, redes sociais, etc.). A crescente inserção da internet e a gradual ampliação dos dispositivos móveis transformaram a forma como a informação circula e como os cidadãos se manifestam (JAQUITÉ, 2015).

As redes sociais digitais e os sites de notícias se tornaram lugares muito importantes para a divulgação de acontecimentos cotidianos e locais, para a denúncia de corrupção e dos crimes ambientais, que a mídia convencional geralmente não mostra ou destaca de modo sistemático.

Portanto, este projeto se propõe a avançar no entendimento de como a crise florestal guineense, localizada em Oio e Bafatá, se relaciona e é retratada na esfera social digital. A delimitação do tema concentra-se na análise das visibilidades do desmatamento ilegal das matas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) na mídia social digital a partir de 2012.

Essa escolha temporal e geográfica é importante, pois permite investigar a cobertura e o enquadramento do problema em um período de intensa atividade ilegal e de consolidação da internet como uma ferramenta importante para ativismo e jornalismo, bem como para a construção social das percepções sobre essa questão.

O problema central desta pesquisa é: De que maneira o desmatamento ilegal das matas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) é visibilizado na mídia social digital a partir de 2012? Ao responder a questão, o estudo contribuirá para o campo da Comunicação e da Sociologia Ambiental, revelando o papel da mídia digital na fiscalização de crimes transnacionais e na mobilização cívica em contexto de alta vulnerabilidade política e ambiental.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar como o desmatamento ilegal das matas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) é visibilizado na mídia social digital a partir de 2012.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Examinar os aspectos do desmatamento ilegal das matas abordados nos espaços midiáticos digitais;
- Identificar as consequências (ambientais, sociais e climáticos) do desmatamento ilegal das matas mencionadas nos conteúdos produzidos nos meios digitais;
- Avaliar como os conteúdos midiáticos digitais abordam ações para conter o desmatamento ilegal das matas.

3 JUSTIFICATIVA

A motivação para pesquisar esse tema nasceu de experiências marcantes. Em 2018, durante o 9º ano do ensino fundamental na escola Madre Serafina, esta discente pesquisadora participou com a turma do concurso “Férias de Ciências”, no qual venceram com o tema Desenvolvimento Sustentável. No mesmo ano, a pesquisadora assistiu a uma palestra no Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) em Guiné-Bissau, que abordou a importância do meio ambiente e sua crescente degradação pela ação humana.

Nessa palestra foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável como um modelo de desenvolvimento econômico, social e político que busca a harmonia com o meio ambiente, garantindo a capacidade de atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

As reflexões causadas por aquela memorável palestra atingiram profundamente a consciência da autora deste projeto, promovendo uma reavaliação de suas atitudes em relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Dentre os diversos temas abordados, os impactos do desmatamento das florestas, da poluição industrial e das mudanças climáticas foram os que mais despertaram o interesse da pesquisadora. O desmatamento prejudica a biodiversidade ao destruir o habitat e a fonte da vida de vários seres vivos da terra que dependem das matas para sobreviver. A poluição industrial, por sua vez, representa um problema grave de saúde humana, manifestando-se de diversas formas. Ademais, as mudanças climáticas, como o aumento da temperatura média global e as alterações nas partes de chuva, neve e rios, estão afetando os seres vivos.

Movida por essa crescente conscientização e pelo desejo de contribuir para a compreensão e a diminuição desses desafios, a estudante, escritora deste TCC, ingressou em 2023, no curso de Humanidade pela Universidade Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tendo chegado no final do curso, escolheu o tema do seu trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o desmatamento ilegal das matas nas regiões de Oio e Bafatá na Guiné-Bissau: análise de suas visibilidades nas mídias digitais.

Confirmando essa realidade do desmatamento, um relatório publicado pelo respeitado jornal “As Vozes do Mundo” (HENRIQUES, 2017), apontou claramente Oio, localizado no norte do país, e Bafatá, situada a leste do país, como as zonas

mais afetadas pela exploração e corte de madeira neste momento. Além disso, o antigo diretor geral das florestas e fauna, Constantino Correia (2022), revelou que, entre 2012 e 2014, a Guiné-Bissau vivenciou um dos piores períodos de exploração florestal. Em sua análise, Correia lamentou profundamente as graves consequências ambientais ligadas ao corte descontrolado de árvores na região de Oio e Bafatá, alertando para o impacto negativo na sociedade.

Diante desse contexto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a representação do desmatamento ilegal das florestas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) na mídia digital a partir de 2012.

Este trabalho oferece uma visão valiosa sobre a dinâmica do desmatamento ilegal na Guiné-Bissau e sobre como a mídia digital pode funcionar como catalisadora para o ativismo ambiental. Os resultados podem servir como ponto de partida para formulação de políticas públicas mais eficazes, que levem em conta tanto os fatores externos de demanda global quanto os desafios internos de governança e pobreza. A compreensão de como a mídia digital moldou a percepção pública sobre desmatamento contribui para o debate global sobre a proteção florestal e reforça a importância da conscientização social na busca por um futuro mais sustentável para Guiné-Bissau e o planeta.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SUA BIODIVERSIDADE

A República da Guiné-Bissau completou 52 anos de independência proclamada a 24 de setembro 1973 nas colinas de Boé no sul do país, depois da libertação colonial português por uma luta armada do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) durante 11 anos.

É um país africano com uma área total de 36.125 Km², composta por duas partes: uma Continental, abrangendo 34.625 Km² e outra insular, com 1.500 Km², constituída pelo Arquipélago dos Bijagós, situado na costa ocidental do continente. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao leste e sul com a República da Guiné-Conakry e ao oeste com o Oceano Atlântico.

A zona insular conta com 88 ilhas. O clima é tropical úmido, compreendendo duas estações: a chuvosa, entre os meses de maio a outubro, e a seca, entre os meses de novembro a abril (NA MABA, 2010).

Figura 2 - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: o autor, google maps (2021)

É relevante mencionar que a floresta ocupa mais do que metade do território nacional, e contribuiu com 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB) (MDR, 2006). A floresta fornece lenha e serve de fonte de matéria-prima para a construção de casas e para a produção de fibras. Ela também é usada para cerimônias religiosas, e suas plantas são aproveitadas para produzir remédios tradicionais.

Em termos políticos-administrativos, o país é marcado por situações de instabilidades políticas sucessivas que têm contribuído de forma negativa para o desenvolvimento. O poder é exercido através de um sistema democrático multipartidário.

O regime político é semipresidencialista, com um presidente eleito por um mandato de cinco anos. Administrativamente, o país é constituído por 8 regiões, nomeadamente: Cacheu, Biombo, Oio, Bafatá, Gabú, Quinara, Tombali e Bolama-Bijagós. As regiões estão, por sua vez, subdivididas em 36 setores e um setor Autónomo (cidade de Bissau), capital política, econômica e administrativa do país (MADRA-RN, 1997).

A população é caracterizada pela sua grande diversidade étnica, somando entre 10 e 30 grupos. Contudo, aproximadamente 82% dessa população é composta por cinco grupos principais: Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco e Papel. Embora o português seja a língua nacional oficial, seu uso limitado a contextos formais e a um número reduzido de guineenses com nível acadêmico. O crioulo, por sua vez, é a língua mais falada oralmente em todo o país.

De acordo com indicadores internacionais, é considerado como um dos países pobres do mundo, classificando-se na posição de 175 entre 189 países (PNUD, 2019). Ainda de acordo com essa organização, em 2019, a Guiné-Bissau atingiu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,480 situando-se abaixo da média (0,513) dos países do grupo de baixo desenvolvimento humano e abaixo da média de 0,547 dos países da África subsaariana.

A Guiné-Bissau enfrenta muitos problemas estruturais e frequentes crises políticas, o que impede o desenvolvimento do país. Também é um Estado frágil e incapaz de satisfazer as necessidades básicas (alimentação, saúde e educação) para a sua população, estimada em 1.530.820 de habitantes, com a densidade populacional de 46,9/km (TININGUENA, 2017).

A Guiné-Bissau por ser rica na sua biodiversidade, enfrenta um problema crescente e alarmante que é o desmatamento ilegal de suas florestas, principalmente na região de Oio e Bafatá. Essa prática predatória, impulsionada por uma complexa interação de fatores econômicos, sociais e de governança, provoca consequências devastadoras para o meio ambiente, a economia e o bem-estar das comunidades locais.

Compreender as causas, as implicações de vários problemas e os desafios para combater essa atividade ilícita é crucial para a implementação de estratégias eficazes de conservação e desenvolvimento sustentável

O desmatamento ilegal das matas nas regiões de Oio e Bafatá na Guiné-Bissau é impulsionado principalmente pela busca internacional por madeiras nobres, especialmente espécies caras como Pau-rosa e Poilão (Sumaúma). Segundo Silva (2018), a alta cotação do pau-rosa nos mercados asiáticos, impulsionada pela indústria de móveis de luxo e pela medicina tradicional, tem alimentado um comércio ilegal em larga escala, com graves impactos nas florestas guineenses.

Essa demanda externa cria um incentivo perverso para a exploração madeireira ilegal, muitas vezes facilitada pela corrupção e pela fragilidade das instituições de fiscalização.

Crises políticas recorrentes, como os frequentes golpes de Estado, enfraquecem as estruturas do Estado. Essa instabilidade gera um clima de insegurança e falta de responsabilidade dos funcionários públicos sobre a guarda do patrimônio público. Isso facilitou a interferência e a exploração por potências estrangeiras, exemplificado pelo golpe de 12 de abril de 2012 e a instabilidade que sucedeu.

O trauma daquele dia permanece vivo na memória dos guineenses. Não só pela morte de figuras políticas importantes, como o Presidente e o General, mas também pela devastação ambiental que se seguiu. Aquele período foi marcado por extensas denúncias de extração ilegal e abusiva de madeira, impulsionada por interesses econômicos.

Para a elite política e econômica, a corrupção é uma forma de acumular grandes fortunas em tempos de crise. De acordo com Transparency International (2016 apud RAHMAN, 2017, p. 3): “a Guiné-Bissau aparece em 168º num total de 176 países pesquisados no âmbito de índice de percepção de Corrupção”. A definição de corrupção é apresentada por Joseph S. Nye (1967) como:

um comportamento que se desvia das normas formais do desempenho de um papel público, por causa de um ganho privado (status, poder e dinheiro), e que, por sua vez, tende a violar as normas que governam o exercício da influência privada. Isso envolve a quebra de regras formais e informais que regem o comportamento no serviço público, e o desvio de recursos públicos para fins privados (NYE, 1967, p. 419)

De acordo com a imprensa DW África, em 2013, saíram 15 contentores de troncos de árvore do porto de Bissau com destino ao exterior. Em 2014, o volume cresceu para 409, um aumento de quase 30 vezes em relação ao ano anterior. Cada contentor com troncos de “pau de sangue” era avaliado em 17,7 mil euros.

Além da exportação, o desflorestamento tem causas internas, como o aumento da agricultura de subsistência e a produção de carvão vegetal. A agricultura itinerante, apesar de ser uma prática tradicional para algumas comunidades, quando não é sustentável e é feita em larga escala, resulta na derrubada de florestas para abrir novas áreas de plantio.

Da mesma forma, a produção de carvão vegetal, utilizada como principal fonte de energia por grande parte da população, contribui significativamente para a perda de cobertura florestal, especialmente nas áreas próximas a centros urbanos (PNUD, 2020).

Nesse contexto, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) é a instituição principal para gerir e salvaguardar o património natural da Guiné-Bissau. Com a missão de preservar a riqueza ecológica para as gerações futuras, o IBAP possui um papel amplo, atuando na pesquisa, monitoramento, gestão de áreas protegidas e conscientização ambiental.

Fundado no ano 2000, o IBAP foi estabelecido como uma entidade autónoma, o que lhe permite agir com mais agilidade e independência em suas ações de conservação. Sua criação mostra que há um reconhecimento crescente da importância de uma abordagem institucionalizada para proteger a biodiversidade em um país onde os recursos naturais são muitas vezes a base da vida das comunidades locais.

A atuação do principal do IBAP é gerenciar a rede de áreas protegidas da Guiné-Bissau. Essa rede inclui parques nacionais, parques naturais e reservas que protegem diversos habitats importantes para espécies de plantas e animais de relevância global.

Por exemplo, o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu é um dos maiores e mais importantes ecossistemas de mangue da África Ocidental. Ele é fundamental para reprodução de várias espécies marinhas e para a proteção da costa. Já o Parque Natural de Lagoas de Cufada é reconhecido internacionalmente por suas áreas úmidas e aves.

Nesse quadro, o governo da Guiné-Bissau através do Decreto Presidencial nº2/2005, no seu artigo 1º em consonância com os termos do nº 2 do art. 100º da Constituição determina a criação do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP) cuja natureza jurídica é expressa no art. 1º de seu estatuto seguinte:

É criado o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), uma pessoa coletiva pública dotada de personalidade jurídica, s administrativa, financeira e patrimonial, conforme o estatuto da criação do instituto (Guiné-Bissau, 2005):

1. O instituto das áreas protegidas ficará sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
2. A capacidade do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas abrange todos os direitos e as obrigações necessários ou convenientes para execução das suas atividades.

No capítulo 2 do mesmo documento que criou o IBAP, onde são definidas as suas responsabilidades, está escrito o seguinte: estas são as responsabilidades do IBAP:

- a) Propor, coordenar e executar a política e as ações concernentes à biodiversidade e às áreas protegidas em toda extensão do território nacional;
- b) Promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as áreas protegidas e promover por todos os meios humanos e técnicos disponíveis a utilização e económica desses recursos dentro do território nacional, incluindo os cursos de águas continentais e marinhas.

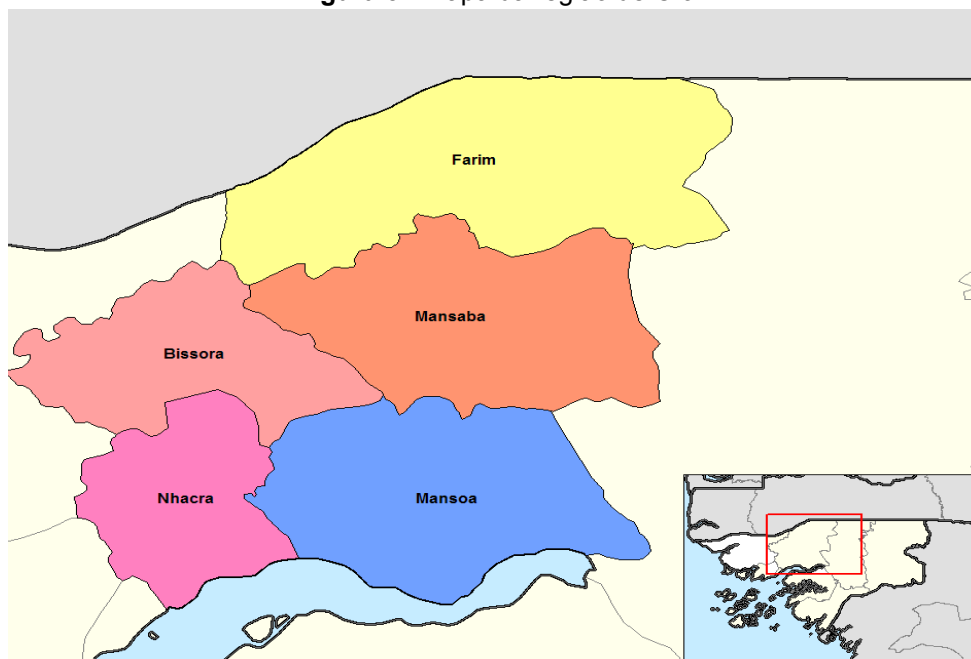
A proteção das florestas na Guiné-Bissau contra o desmatamento ilegal a partir de 2012 é um desafio complexo para o IBAP, porque no momento a instituição estavam paralisada por uma crise profunda que afetou todo o Estado. Essa crise, que era política institucional e sócio-econômica, enfraqueceu a capacidade de atuação de todos os órgãos governamentais, incluindo aqueles que deveriam proteger o meio ambiente.

Com essa falta de governança e fiscalização, o desmatamento ilegal aumentou sem controle e a Guiné-Bissau é um Estado que não cumpre com as suas funções essenciais, os ganhos individuais dos governantes são prioritários em detrimento do bem-estar da nação.

4.2 DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NA REGIÃO DE OIO E BAFATÁ

A região de Oio é uma das oito regiões da Guiné-Bissau, com uma superfície de 5.403,4 km² do território e 215.259 habitantes, o que corresponde a cerca de 14,9% da população do país.

Figura 3 - Mapa da região de Oio



Fonte: acervo do google. Disponível em : https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oio_sectors.png

A região situa-se no norte da Guiné-Bissau, fazendo fronteira com o Senegal ao norte e com as regiões de Cacheu e Biombo ao oeste, Mansoa ao sul e Bafatá ao leste. Sua localização estratégica lhe conferiu ao longo da história um papel importante nas dinâmicas comerciais e migratórias da região. O território é caracterizado por uma planície costeira, com áreas de manguezal e uma rede hidrográfica importante, influenciada pelos rios Cacheu e Mansoa. Essa configuração geográfica moldou as atividades econômicas da região, com destaque para a agricultura, a pesca e a exploração de recursos naturais.

Fonte: Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro-associado/governo-civil-da-região-de-Oio>. Acesso em 27 de Abril de 2025.

Oio é uma região que é notável por sua diversidade étnica. Os manjacos se destacam como um dos grupos predominantes, conhecidos por sua forte identidade cultural e tradições ancestrais bem preservadas. Além deles, grupos como os Fulas, Mandingas e Balantas também estão presentes, contribuindo para a riqueza e complexidade cultural da área. Além disso, a região se destaca por sua grande potencialidade ecológica e sua rica biodiversidade. Nela, encontram-se diversos ecossistemas, como florestas úmidas e secas, savanas, palmeiras, áreas marinhas e costeiras, e manguezais. Além disso, é o lar de uma variedade de animais, incluindo macacos, chimpanzés, diversas espécies de aves, tartarugas marinhas, gazelas, onças pintadas, hipopótamos e crocodilos.

A riqueza em espécies florestais de alto valor comercial, como cobiçado pau-rosa (Pó de sangue), é um dos principais atrativos para a exploração madeireira ilegal em Oio. A alta demanda por essa madeira nos mercados internacionais, especialmente Ásia, onde é utilizada na fabricação de móveis de luxo e na medicina tradicional, cria um incentivo econômico poderoso para ação de redes criminosas organizadas (SOUSA; GOMES, 2020). Essas redes, muitas vezes com conexão transnacional, operam na clandestinidade, violando as leis e a fiscalização, e causando danos irreparáveis às florestas de Oio.

Figura 4 - Cortes de madeiras na região de Oio

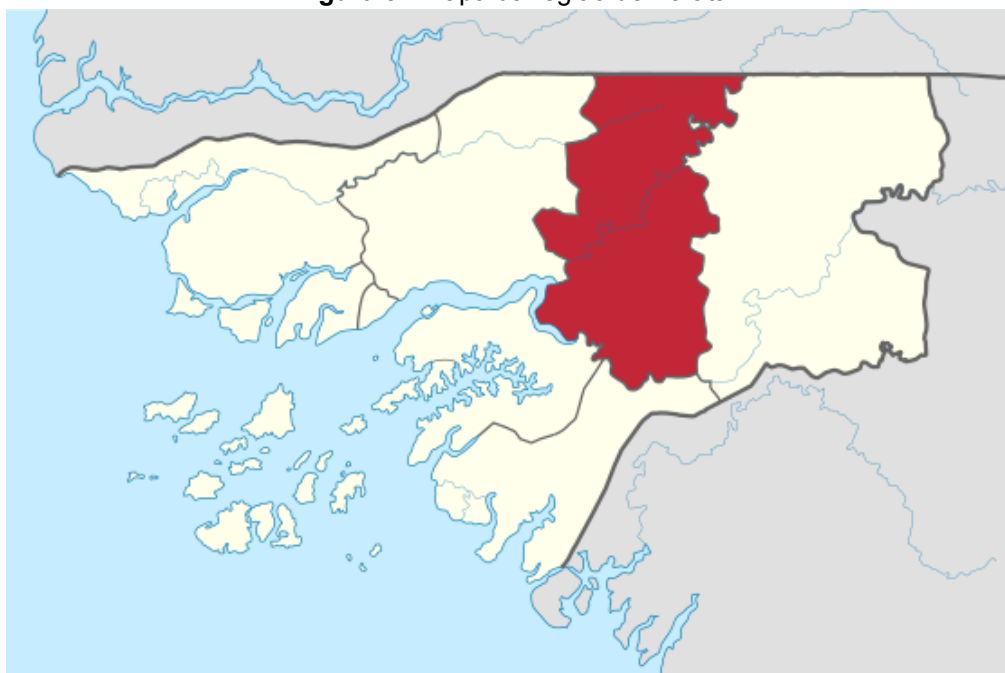


Fonte: acervo do Google disponível em: <http://angnoticias.blogspot.com/2015/05/corte-de-madeiras.html?m=1>

Além da exploração para exportação, o desmatamento em Oio também está intrinsecamente ligado a pressões socioeconômicas locais. A agricultura itinerante, praticada por comunidades que buscam novas áreas para o cultivo, contribui para a derrubada de florestas, especialmente quando não há planejamento territorial adequado e práticas agrícolas sustentáveis não são adotadas (Carvalho, 2017).

De acordo com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa-UCCLA (2008), a região de Bafatá está no leste da República da Guiné-Bissau, limitada ao Norte pela república do Senegal, ao Sul pela região de Tombali, a Oeste pela Região de Oio e Leste pela Região de Gabu. A superfície da região de Bafatá é de 5.981 km², contando com 143.377 habitantes, tem clima tropical, muito quente e úmido.

Figura 5 - Mapa da região de Bafatá



Fonte: imagem do Google. Disponível em:
https://pt.frwiki.wiki/wiki/Bafat%C3%A1_%28r%C3%A9gion%29

De acordo com o censo demográfico de 2009, a cidade de Bafatá possui uma população de 28.298 habitantes, enquanto o setor de Bafatá contava com 68.956 habitantes, distribuídos em uma área de 837,0 km² (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2016). O grupo étnico dominante em Bafatá é o dos Fulas. Além deles, a maior parte dos outros grupos é composta por Balantas e Mandingas. Essa diversidade de etnias enriquece muito a cultura e a sociedade da região.

Bafatá possui um papel significativo na história da Guiné-Bissau, sendo local de nascimento de Amílcar Cabral, uma das figuras mais importantes na luta pela independência da Guiné e Cabo Verde. A cidade serviu como um importante centro comercial devido a sua localização estratégica próximo ao rio Geba.

A floresta de Bafatá é vital para a biodiversidade e para as comunidades locais que dependem dela. No entanto, elas estão sobre grande pressão, principalmente por duas razões: a extração ilegal de madeira e a expansão agrícola desordenada. Além da extração de madeira, a forma como a agricultura está crescendo em Bafatá também é um problema. As práticas de corte e queima, onde a floresta é derrubada e queimada para abrir espaço para plantações, contribuem muito para a perda da cobertura florestal.

A necessidade de mais terras para cultivo, muitas vezes ligada ao crescimento da população e à busca por segurança alimentar em um cenário de baixa produtividade agrícola, leva à transformação de áreas florestais em campos de cultivo. Isso significa que as florestas estão sendo substituídas por plantações, gerando um ciclo vicioso de degradação ambiental.

Figura 6 - O desmatamento da mata na região de Bafatá



Fonte: DEUTSCHE WELLE. Disponível em:
<https://www.dw.com/pt-002/desmatamento-ilegal-na-quin%C3%A9-bissau-%C3%A9-mil%C3%A7%C3%B5es-de-hectares-de-mata-foi-queimada-no-a-17626155>.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO ILEGAL DAS MATAS NA GUINÉ-BISSAU

As consequências do desmatamento ilegal nessas regiões são devastadoras e se manifestam em três esferas interligadas: ambientais, sociais e climáticas. Ambientalmente, a mais grave é a perda da biodiversidade. As florestas da Guiné-Bissau, principalmente da região de Oio e Bafatá, que abrigam uma rica variedade de espécies de plantas e animais, muitas das quais são endêmicas ou ameaçadas.

O desmatamento destrói esses habitats, levando à fragmentação e à diminuição das populações de vida selvagem. A eliminação de vastas áreas de floresta não só desloca espécies, mas também pode levar à extinção de plantas e animais que dependem desses ecossistemas para sobreviver (SMITH, 2020, p. 75). Essa perda de biodiversidade enfraquece a resiliência dos ecossistemas e reduz sua capacidade de fornecer serviços ecossistêmicos vitais, como polinização e controle de pragas.

Socialmente, o desmatamento ilegal agrava as vulnerabilidades das comunidades locais. Muitas comunidades rurais na Guiné-Bissau dependem diretamente das florestas para sua subsistência, seja para madeira, linha, produtos florestais não madeireiros ou para a agricultura de subsistência. A destruição das florestas compromete essas fontes de subsistência, levando à insegurança alimentar e à pobreza.

Conflitos por recursos naturais podem surgir à medida que as terras férteis e os recursos florestais se tornam escassos. A falta de governança e a corrupção frequentemente associadas ao desmatamento ilegal também minam a confiança nas instituições e aprimoram as desigualdades sociais. Além disso, com o desmatamento ilegal, os ventos durante a chuva ficam mais fortes, causando a queda de casas.

Do ponto de vista climático, cortar muitas árvores contribui bastante para as emissões de gases que causam efeito estufa. As árvores desempenham um papel fundamental na absorção de dióxido de carbono da atmosfera. Quando as florestas são derrubadas e queimadas, todo o carbono armazenado é liberado, agravando o aquecimento global.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), se os diversos países não fizerem um avanço real na proteção das florestas e na redução das emissões com esta rodada de contribuições nacionalmente determinadas, pode ser tarde demais para evitar os piores impactos das mudanças climáticas (UNEP, 2024).

Além disso, a perda da cobertura florestal também altera os padrões climáticos locais, reduzindo a umidade e aumentando as temperaturas, o que pode levar as secas mais frequentes e intensas, impactando negativamente a agricultura e a disponibilidade de água.

A capacidade natural do ecossistema de controlar o clima está enfraquecida, aumentando drasticamente a suscetibilidade do país a eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos. Por exemplo, a remoção de grandes áreas florestais, como acontece na Guiné-Bissau, o resultado é o aumento da quantidade de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, esquentando o planeta e colocando o futuro do meio ambiente em risco.

Fica evidente que o desmatamento ilegal desorganiza todo o sistema da Guiné-Bissau. Como a fiscalização é fraca e há corrupção política, a exploração predatória se torna mais fácil, aumentando o sofrimento das pessoas e a destruição ambiental. Para mudar essa situação e diminuir o sofrimento é urgente analisar como a mídia digital, ao fazer denúncias, pode dar visibilidade ao problema e exigir responsabilidade das autoridades.

4.4 O CENÁRIO DA MÍDIA DIGITAL E AS VISIBILIDADES DO DESMATAMENTO

A era digital teve seu início com a internet no final do século XX. Seu grande avanço foi a capacidade de integrar e transferir diversos tipos de informação, como texto, imagem e áudio, simultaneamente, rompendo com a limitação de um único meio para cada tipo de conteúdo (UNESCO, 2021).

Essa integração representa a espinha dorsal da sociedade contemporânea, moldando de forma fundamentada a comunicação, a economia e a cultura globalmente. Longe de ser apenas uma ferramenta, a era digital constituiu um ambiente complexo que opera através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Essa conectividade massiva transformou a circulação da informação: o cidadão deixou de ser apenas um receptor do conteúdo e passou a atuar como um produtor de conteúdo, transformando suas possibilidades de agente de mudança social.

Na África, a trajetória da comunicação digital é singular e tem o telefone seu próprio protagonista. Dada a escassez da infraestrutura de internet fixa em diversas regiões, o dispositivo móvel emergiu como a principal porta de acesso ao mundo digital. Adicionalmente, as plataformas digitais têm empoderado a sociedade civil. Elas permitem que as comunidades se organizem e participem ativamente de debates públicos, um fator vital para o desenvolvimento comunitário e para o fortalecimento da seleção local (Kibona e Mohamed, 2023).

A chegada de novos dispositivos digitais, como os smartphones, juntamente com o aprimoramento das redes de telecomunicação, marcou uma revolução tecnológica essencial na Guiné-Bissau. A disseminação dessas mídias digitais foi apoiada tanto pelo fluxo de emigração quanto pela atividade da classe empresarial, conforme apontado por Jaquité (2015). O envolvimento dos guineenses na rede social disparou após eventos políticos importantes, como o golpe de Estado de 2012 e a queda do governo PAIGC em 2015. Nesse cenário, temas cruciais como o desmatamento ilegal ganharam visibilidade em canais como o rádio e o Facebook.

Tabela de Mídia Digital na Guiné-Bissau (2012, 2015, 2023 e 2025)

Indicador	2012	2015	2023	2025
Utilizadores de Internet (Aprox)	Baixo de 10%	Em Aumento	27,6%	32,5%
Identidades de Utilizadores de Redes Sociais (Aprox)	Muito Baixo	Crescimento Inicial (Influência do golpe de 2012)	241,2 Mil	443 Mil
Plataforma Mais Acessada	Facebook	Facebook	Facebook	Facebook
Plataformas em Destaque (2025)	Não Aplicável	Não Aplicável	Facebook, Instagram e Messenger	Facebook, Tik Tok e Messenger

Thompson (1998) destaca que o desenvolvimento dos meios de comunicação não é apenas uma mudança tecnológica, mas uma transformação no caráter simbólica da vida social, o que ele chama de mediação. Enquanto isso, veículos tradicionais como a televisão e a imprensa escrita enfrentavam um alcance limitado junto à população. Isso se deve aos persistentes desafios socioeconômicos e aos problemas de infraestrutura no país. Assim, a mídia se torna um palco central na luta e manutenção ideológica. Para esse pesquisador, a realidade e os fenômenos passaram a ter outras visibilidades sociais conforme os meios de comunicação contribuem para a construção das percepções das pessoas. As mídias sociais digitais proporcionam uma significativa mudança nas visibilidades dos problemas e sobre os acontecimentos.

A facilidade de compartilhar fotos, vídeos e relatos em tempo real permite que as informações sobre o desmatamento cheguem a um público mais amplo, tanto dentro quanto fora do país, exercendo pressão sobre as autoridades e a comunidade internacional. Em Bafatá, por exemplo, onde a presença de florestas sagradas é menos comum em comparação com o nordeste do país, o desmatamento foi particularmente intenso no período pós-golpe de 2012 (Mongabay, 2019). A mídia digital, ao possibilitar a maior documentação e divulgação da perda de cobertura florestal, pode contribuir para a transformação de um problema local em uma questão de interesse nacional e global. Isso colaborou para que as organizações da sociedade civil e agências internacionais, como a ONU, direcionassem seus esforços para essas áreas mais vulneráveis.

Nesse sentido, as redes sociais digitais, com o aumento da disponibilidade de telefones e a melhoria da infraestrutura de internet começaram a ganhar terreno a partir do final dos anos 2000, tornando-se plataformas importantes para a disseminação de informação e para o debate público.

No período 2012 em diante, os músicos se organizaram e usaram de suas artes para fazer denúncias sobre os maus tratos às florestas guineenses. A música mais popular de críticas às agressões florestais foi a música do Zé Manel, intitulada “Corta-Mato”, que significa “desmatamento” em português, e que tem 23.883 mil visualizações. As críticas dessa música foram direcionadas aos governantes guineenses e a empresários chineses.

Um dos trechos mais expressivos da canção diz em português “você que venderem a terra para a China cortar, vamos resistir para a justiça funcionar”. Essa forte acusação mira diretamente às autoridades guineenses. Ela sugere que os líderes do país estariam monetizando os recursos florestais, trocando a madeira por capital. Existe uma crença disseminada de que o dinheiro gerado por essa venda ilegal de madeira acaba sendo usado para financiar as caras campanhas políticas de certos grupos. Por meio da arte, a sociedade civil demonstra publicamente seu repúdio à parceria comercial entre a China e a Guiné-Bissau e à forma como o governo administra os recursos do país.

Figura 7 - Música corta mato de Zé Manel



Fonte: YouTube: <https://share.google/images/lcN3wpl9GbxPeyzez>

A representação desse desmatamento nas redes sociais e na imprensa focou, principalmente, em três pontos chaves: a natureza criminosa da atividade, o impacto devastador nas comunidades locais e a falta de resposta eficaz por parte das autoridades.

As imagens e vídeos que circulavam frequentemente mostravam caminhões carregados toras de madeira e serrarias improvisadas operando em áreas remotas, expondo a dimensão do tráfico. Jornalistas e ativistas usavam essas plataformas para denunciar a corrupção e a cumplicidade de alguns agentes do Estado, que facilitam a saída da madeira do país, principalmente por portos marítimos.

Figura 8 - Exploração de madeiras



Fonte: <https://www.facebook.com/share/p/171qj4MLgV/?mibextid=wwXlfr>

Com essa perspectiva, as denúncias se espalharam rapidamente, gerando um debate público sobre a crise ambiental e governança no país. Apesar de o desflorestamento ser um problema complexo, a narrativa nas redes sociais digitais tendia a simplificar a questão, focando em imagens impactantes e apelos diretos para ação.

Isso, por um lado, aumentou a percepção da questão, mas por outro lado, por vezes, obscureceu a complexidade das redes criminosas e da necessidade de soluções de longo prazo que envolvam a reforma institucional. A cobertura ajudou a pressionar organizações internacionais e o próprio governo a reconhecerem a gravidade da situação, embora a resposta efetiva tenha sido lenta.

Assim, as redes sociais digitais participam de modo relevante na construção das percepções sobre esse problema, dentro de um contexto de mudanças em relação ao acesso e partilha de informações. E precisam ser também analisadas considerando também suas limitações quanto ao modo como os conteúdos são produzidos e disseminados, pois, por vezes, na atualidade e nível global, contribuem até para a desinformação e propagação de notícias falsas sobre temáticas climáticas.

5 METODOLOGIA

A metodologia de uma pesquisa científica indica os caminhos e instrumentos utilizados para a construção do conhecimento e para a resposta ao problema de pesquisa mencionado. Para Martins e Theóphilo (2009), a abrangência científica de um estudo reside em um processo contínuo, no qual a definição do objeto de investigação assume a centralidade, e a metodologia atua como ferramenta para refinar os procedimentos e critérios empregados. Complementarmente, Gil (2002) define a pesquisa como um processo sistemático e racional de busca por informações visando solucionar o problema formulado através de métodos científicos rigorosos.

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo geral analisar como o desmatamento ilegal das matas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) foi retratado nos espaços midiáticos digitais a partir de 2012. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela busca por compreender os discursos e os significados elaborados em torno do tema na mídia, em vez de quantificar dados. Para alcançar este objetivo, a metodologia será estruturada em duas etapas principais e complementares: análise da revisão bibliográfica e documental.

A revisão bibliográfica será utilizada para fornecer a fundamentação teórica necessária, explorando estudos sobre: a situação política, econômica e ambiental da Guiné-Bissau e sua biodiversidade; o histórico e as causas do desmatamento ilegal na Guiné-Bissau, com foco na região de Oio e Bafatá; a relação entre mídia, esfera pública digital, ativismo ambiental e governança em contextos de instabilidade política. O material de consulta inclui livros, artigos científicos, dissertações, teses acadêmicas e relatórios de organizações nacionais e internacionais (IBAP, PNUD).

A investigação documental constituirá a etapa central para coleta de dados primários. O corpo da pesquisa será composto por conteúdos midiáticos digitais produzidos a partir de 2012 que abordam especificamente o desmatamento na região de Oio e Bafatá. O material a ser analisado inclui portais de notícias e sites não governamentais (reportagens, artigos de jornais digitais e sites de organizações não governamentais) e além disso, em relação às mídias sociais digitais, serão analisados posts, vídeos, campanhas de perfis de notícias, jornalistas, ativistas e organizações não governamentais que circulam na plataforma de Facebook,

Instagram e YouTube, buscando denúncias, imagens e relatos diretos sobre o fenômeno.

Do mesmo modo, o estudo se concentrará na identificação de padrões, discursos e posicionamentos utilizados na representação do tema. Serão utilizados instrumentos de análise de conteúdo qualitativo, buscando identificar categorias emergentes e recorrentes nos discursos midiáticos.

Ademais, na futura análise documental, o estudo incluirá uma descrição dos conteúdos com base em métricas de visibilidade e profundidade temática. Serão destacados, portanto, os conteúdos que apresentam maiores visualizações e curtidas, de modo a colocar o alcance e a relevância social do conteúdo no ambiente digital, e aqueles que detalharam mais a temática do desmatamento nessas regiões, revelando a qualidade e a complexidade do debate promovido. A análise considerará elementos como a imagem transmitida, a estruturação das informações e a presença ou ausência de diferentes pontos de vista sobre o problema.

A articulação entre o estudo da revisão bibliográfica e documental permitirão uma compreensão aprofundada de como desmatamento ilegal das matas na região de Oio e Bafatá (Guiné-Bissau) foi construído discursivamente pela mídia no período investigado. A revisão teórica fornecerá as ferramentas necessárias para analisar o material empírico, enquanto a análise documental oferecerá o material concreto para verificar e aprofundar as discussões teóricas.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. **Dinâmicas de uso da terra e desmatamento na região de Oio, Guiné-Bissau**. Revista de Estudos Ambientais, 19(2), 120-135. 2017.

CORREIA, C. **Exploração florestal na Guiné-Bissau**. Jornal Democrata Nô Pintcha, Bissau, 2022.

DEUTSCHE WELLE. **Desmatamento ilegal na Guiné-Bissau é milionário**. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/desmatamento-ilegal-na-guin%C3%A9-bissau-%C3%A9-mil%C3%A7%C3%B5es-de-hectares/a-17626155>. Acesso em: 13 out. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Guiné-Bissau: Temas Seleccionados; Relatório do FMI nº 15/195. Washington, D.C.: FMI, 24 jun. 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUINÉ-BISSAU. **Criado o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, IBAP**. Decreto Presidencial nº 2/2005. Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, Bissau, n. 11, 2005.

GUINÉ-BISSAU. **Lei das Áreas Protegidas Decreto-Lei A-5/11**. Boletim Oficial 22, República da Guiné-Bissau. Bissau, 2011.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Base de Ambiente**. República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial nº 9, 2 de março de 2011.

GUINÉ-BISSAU. **Instituto Nacional de Estatística (INE)**. Recenseamento Geral da População e Habitação 2009. Bissau: INE, 2016.

GUINÉ-BISSAU. **Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Regiões e Nacionalidades (MADRA-RN)**. Relatório da Administração Territorial. Bissau: MADRA-RN, 1997.

GUINÉ-BISSAU. Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR). **Relatório de Avaliação do Potencial Florestal**. Bissau: MDR, 2006.

HENRIQUES, L. **Abate florestal continua na Guiné-Bissau apesar de moratória, diz relatório**. As vozes do mundo, Guiné Bissau, 30 de junho de 2017. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20170530-abate-florestal-continua-na-guine-bissau-apesar-de-moratoria-diz-relatorio> . Acesso em: 10 de setembro de 2025.

JAKUITÉ, A. D. **Determinantes da utilização de serviços de comunicações móveis na Guiné-Bissau:** um estudo empírico aplicado ao mercado de internet móvel. Dissertação de Mestrado em Marketing e Comunicação - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. 2015.

KIBONA, D. A.; MOHAMED, H. K. **Processos de digitalização em África.** REDE DE ESTUDOS AFRICANOS, 2023. Disponível em: <https://redestudiosafricanos.org/pt-pt/paineis/processos-de-digitalizacao-em-africa/>. Acesso em: 30 set. 2025.

LISTA Regiões da Guiné-Bissau e Suas Capitais. **Suburbano Digital, 2018.** Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/06/lista-regioes-da-guine-bissau-e-suas-capitais.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

LOPES, Sandra Cristina; BORGES, Feliciano. O uso político das mídias digitais na Guiné-Bissau: o Facebook nas eleições presidenciais de 2019. Revista Três Pontos, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 110-128, set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/48128>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MARQUES, C. F. **Desafios da estabilidade política na Guiné-Bissau pós-2012.** Revista Africana de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, v. 8, n. 1, p. 11-28, 2019.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONGABAY. **Desmatamento na Guiné-Bissau: a perda de florestas sagradas e a extração ilegal.** 22 jan. 2019. Disponível em: <https://pt.mongabay.com/2019/01/desmatamento-na-guine-bissau-a-perda-de-florestas-sagradas-e-a-extracao-ilegal/>. Acesso em: 13 out. 2025.

NA MABA, R. S. **Gestão de Resíduos Sólidos em Guiné-Bissau, 1975 – 2010:** Uma coadministração das ocorrências. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

NYE, J. S. **Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis.** The American Political Science Review, Washington, D.C., v. 61, n. 2, p. 417-427, 1967.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório Mundial sobre a Internet e a Mídia Digital 2021.** Paris: UNESCO, 2021.

PEREIRA, M. F. **A Crise da Biodiversidade e o Desafio da Governança Ambiental Global.** Caderno de Sustentabilidade, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019.** New York: PNUD, 2019. Disponível

em:

<http://jornalnopintcha.gw/2020/12/16/relatorio-do-pnud-guine-bissau-apresenta-mais-baixo-indice-de-desenvolvimento-humano/> > Acesso em: 20 de Março de 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).
Guiné-Bissau: **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2020**.
Bissau: PNUD, 2020.

RAHMAN, K. **Guiné-Bissau: visão geral da corrupção e anticorrupção**.
Anti-Corruption Helpdesk, p. 3, 2017. Disponível em
https://knowledgehub.transparency.org/assets/uploads/helpdesk/Guinea-Bissau-Overview-of-Corruption-and-Anti-Corruption_2017_PT.pdf. Acesso em 20 de Março de 2025.

SANGKI, J. **Vision of future e-government via new e-government maturity model: Based on Korea's e-government practices**. ScienceDiret. 10. ed., vol. 42, 2018.
Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2017.12.002>. Acesso em: 05 set. 2025.

SILVA, L. **Pau-rosa: o ouro vermelho da Guiné-Bissau e o comércio ilegal com a Ásia**. Bissau: Edições Corubal, 2018.

SMITH, J. M. **Deforestation and Biodiversity Loss in West Africa: A Case Study of Guinea-Bissau**. [S.l.]: Nature Conservation Publishing, p.75, 2020.

SOUSA, P.; GOMES, N. **O comércio ilegal de pau-rosa na Guiné-Bissau: rotas, atores e impactos na região de Oio**. Revista Análise Internacional, Lisboa, v. 15, n. 2, p. 55-72, 2020.

TINIGUENA, **Diagnóstico sobre a situação de exploração de recursos florestais**. Consultor Nacional: Engº. Constantino CORREIA (Pesquisa e Coordenação). Bissau 2017.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Luís Carlos Bombassaro. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNECA. **Projeto de Relatório de Transformação Digital e Diversificação Econômica na África Central**. Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, 2021.

UNEP. **Como a redução do desmatamento pode ajudar a combater a crise climática**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2024. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/como-reducao-do-desmatamento-pode-ajudar-combater-crise-climatica>. Acesso em: 5 nov. 2025.

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA). **Bafatá**. Lisboa: UCCLA, 2008.

WE ARE SOCIAL; DATAREPORTAL. Digital 2023: Guinea-Bissau. [S.l.]: We Are Social; DataReportal, fev. 2023. Disponível em:

<https://datareportal.com/reports/digital-2023-guinea-bissau>. Acesso em: 27 nov. 2025.

WE ARE SOCIAL; DATAREPORTAL. Digital 2025: Guinea-Bissau. [S.l.]: We Are Social; DataReportal, mar. 2025. Disponível em:
<https://datareportal.com/reports/digital-2025-guinea-bissau>. Acesso em: 27 nov. 2025.